

O NILO BRANCO E A POLÊMICA DO AMARELO

Arquitetura e expressão artística.

NUNES, LUIZ A. P. (1); DANTAS, FLÁVIA N. (2); GONÇALVES, ADILSON L. (3)

1. Universidade Santa Cecília. NEPOMT

Rua Benedito Ernesto Guimarães, 21, ap. 12. Santos. CEP 11070-120

lnunes@unisanta.br

2. Prefeitura Municipal de Santos. DEPROJ

flaviadantas@santos.sp.gov.br

3. Universidade Santa Cecília. NEPOMT

adilson@unisanta.br

Palavras-chave: Santos, contemporâneo, patrimônio

Keywords: Santos, contemporary, heritage

Palabras clave: Santos, contemporáneo, patrimonio

Resumo: Este artigo retoma o debate, agora com o distanciamento que se exige para a análise crítica, sobre o edifício Nilo Branco, construído no início da década de 90 no entorno protegido do patrimônio arquitetônico do prédio da Bolsa do Café, na cidade de Santos – SP. Na época, um dos aspectos que mais chamou atenção, na polêmica então estabelecida, estava relacionado à cor predominante do edifício, o amarelo. Dentre as principais questões que recolocamos destacamos o diálogo entre o contemporâneo e o patrimônio histórico e cultural, e a precedência dos valores artísticos nas soluções projetuais de arquitetura. Resgatar essa polêmica e analisar com maior acuidade os posicionamentos dos envolvidos serve não só para registrar de forma mais precisa a história desse projeto, como, principalmente, ampliar o debate para o campo teórico, de forma influenciar a prática de novos projetos em situações análogas.

Abstract: This article restarts the debate about the Nilo Branco (White Nile) Building, but now with the distance that is required for critical analysis. Built in the early 90's in the protected area of architectural heritage surrounding the Bolsa de Café, in the city of Santos - SP, one aspect that drew particular attention and created controversy at the time, was the predominant yellow color of the building. Amongst the key issues discussed, we highlight the relation between contemporary and historical and cultural heritage, and that artistic values takes precedence over solutions for architectural design. To reconsider this case and thoroughly investigated the positions of those involved, not only serves to register more accurately the history of this project but, above all, to extend the theoretical debate in order to influence the practice of new projects in similar situations.

Resumen: Este artículo reanuda el debate, ahora con la distancia que se requiere para el análisis crítico, sobre el edificio Nilo Blanco, construido en los años 90 en el entorno protegido del patrimonio arquitectónico de la edificación de la Bolsa do Café, en la ciudad de Santos - SP . Uno de los aspectos que llamó la atención, establecidos en la controversia, se relacionaba con el color predominante del edificio, el amarillo. Entre las cuestiones claves que ponen de relieve esta se reposicionar el diálogo entre el patrimonio histórico y contemporáneo y cultural y los valores artísticos en la prioridad de las soluciones de diseño arquitectónico. Redimir esta controversia y analizar con mayor acuidad las posiciones de los involucrados no sólo sirve para registrar con mayor precisión la historia de este proyecto, principalmente para ampliar el debate teórico con el fin de influir en la práctica de nuevos proyectos en situaciones similares.

INTRODUÇÃO.

No início da década de 1990, na cidade de Santos, ocorreu uma grande polêmica em torno da concessão do “habite-se” para um prédio, em razão de seu notável vizinho: o prédio era o edifício Nilo Branco, o vizinho, a Bolsa do Café, preservada pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural, na região central, histórica, da cidade. Um dos aspectos que mais chamou atenção, no debate então estabelecido sobre esse projeto arquitetônico, estava relacionado à cor predominante do edifício, o amarelo.

Este artigo pretende retomar esse debate, agora com o distanciamento que se exige para a análise crítica, agregadas novas bases para tanto. Dentre as principais questões pertinentes, podemos destacar o diálogo entre o contemporâneo e o patrimônio histórico e cultural, e a precedência dos valores artísticos nas soluções projetuais de arquitetura:

Como estabelecer conceitos que proponham o equilíbrio entre esses fundamentos da arquitetura e que possam, simultaneamente, originar propostas contemporâneas, funcionais e que respeitem o patrimônio cultural? Essas e outras questões estão presentes tanto no atual exercício profissional do arquiteto, como no debate promovido pelos interessados na defesa do patrimônio cultural.

Resgatar essa polêmica e analisar com maior acuidade os posicionamentos do arquiteto, autor do projeto, e dos órgãos envolvidos em questões de preservação do patrimônio histórico-cultural, pode servir não só para registrar de forma mais precisa a história desse projeto, que também se tornou um ícone urbano local, como, principalmente, para ampliar esse debate, o que é fundamental para o correto posicionamento de ambas as categorias. O mesmo vale para aqueles que trabalham como peritos e assistentes técnicos, nas lides que envolvem o Poder Judiciário, e para o Ministério Público, cuja atuação e decisões passam a influenciar diretamente novos projetos de arquitetura, em situações análogas.

1. O AUTOR DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO EDIFÍCIO NILO BRANCO.

Para tanto, optamos por apresentar, inicialmente, o autor do projeto, arquiteto Marlio Raposo Dantas. Sua trajetória é uma demonstração inequívoca de que as influências culturais regionais e o trânsito, nacional e internacional, de profissionais cultores da arquitetura modernista, associado à formação acadêmica e profissional dos arquitetos brasileiros, nas décadas de 1950 a 1970, convergiram para a construção da paisagem urbana de nossas cidades contemporâneas.

No caso de Marlio Raposo Dantas, merecem destaque sua origem regional (Olinda/Recife) e seu trabalho e convivência com os, então, jovens arquitetos Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim, que definiram não só sua vocação, como também parte de seu exercício profissional e hábitos de leitura. Depois, já como aluno de curso de arquitetura, transferiu-se para faculdade no Rio de Janeiro, onde aprimorou e consolidou seus conceitos e práticas, em equipes como as de Rolf Werner Richter e Roberto Burle Marx, graduando-se em 1962, após o que fixou residência em Santos-SP, cidade que já apresentava, na época, um mercado imobiliário em expansão.

Em 1968, fundou seu próprio escritório de arquitetura, concretizando um sonho acalentado desde os tempos de atuação com Borsoi, e que lhe possibilitou autonomia criativa no âmbito profissional. A partir de então, sua produção reflete o conjunto de experiências sensoriais, culturais, acadêmicas e profissionais angariadas ao longo do tempo, muitas das quais resultaram em marcos da paisagem urbana do litoral paulista.

Hoje, já tendo ultrapassado a barreira dos 70 anos, e depois de vivenciar essas intensas e criativas experiências, ele se dedica à família, ao seu jardim, em Cunha, no interior de São Paulo, e a plantar novas “sementes” de arquitetura, lecionando a disciplina de Projeto Arquitetônico, em Santos.

Para seus admiradores e estudiosos, seu estilo é inconfundível: A prática paulista e a experiência carioca se somaram aos ensinamentos iniciais e aos aspectos culturais de sua infância, para moldarem a forma contemporânea de trabalhar e se expressar. Em todos os seus projetos e obras, as cores, a modulação a partir do quadrado e a racionalidade são os pontos fortes.

Na opinião de Marlio, a criatividade e a expressão artística, associadas a conceitos de funcionalidade e racionalidade, são componentes essenciais de uma arquitetura que se atualiza e se transforma, “como o ‘I Ching’, que a cada momento tem sua mutação, seu descobrimento. Com 46 anos de formado descubro, a cada instante, novas formas de enxergar a arquitetura”.

Perseverante e sempre exemplar desse princípio, no início da década de 1990, o projeto do edifício Nilo Branco foi motivo de grande polêmica, por estar localizado frente ao prédio da Bolsa

do Café, um dos principais marcos históricos de Santos, por isso mesmo tombado, já em 1981, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT.

Mas não foi o estilo moderno, funcional e lógico, princípios defendidos consciente e intransigentemente por Marlio, o que mais chocou parcela influente da opinião pública de então: foi a ousadia no uso da cor, uma característica da arquitetura contemporânea que buscava romper com velhos dogmas, que privilegiavam o branco e o cinza, impondo uma neutralidade cromática, homogeneização estética raramente atraente.

2. O EDIFÍCIO NILO BRANCO.

É importante esclarecer que o edifício Nilo Branco tem esse nome como homenagem ao proprietário, profissional atuante na área do comércio de *commodities*. Em janeiro de 1987, seu estudo preliminar foi apresentado ao CONDEPHAAT, o qual foi aprovado em fevereiro de 1988.

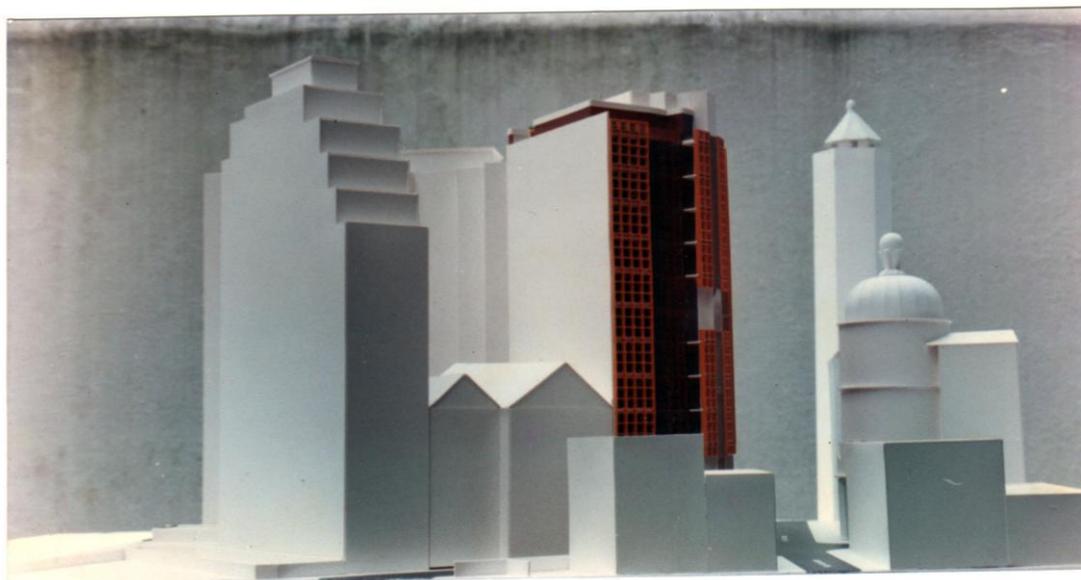


Figura 1 - Maquete apresentada ao órgão estadual de defesa do patrimônio por ocasião da aprovação do projeto.

Fonte: Foto do autor do projeto

Nesse mesmo ano, foi aprovado o projeto arquitetônico, tanto pelo CONDEPHAAT, como pela Prefeitura de Santos, sendo que, para tanto, foi apresentada maquete volumétrica, que demonstrou seu reduzido impacto no entorno. As obras tiveram, então, início e em fevereiro de 1992 foi solicitado o “habite-se”.

2.1. A polêmica.

Foi nesse momento que teve início a polêmica em relação à cor adotada: O autor do projeto, em palavras publicadas na página A-14 da edição de 06 de abril de 1992, no jornal A Tribuna, de Santos, justificou sua escolha: “[...] uma cor luminosa – amarelo – capaz de diferenciar-se de tudo ao redor, que é abominável, triste, cinza”.

Em 31 de março de 1992, discordante, o CONDEPHAAT encaminhou correspondência ao então Secretário de Obras da Prefeitura de Santos, arq. Cláudio Abdala, relatando vistoria realizada por técnicos do referido órgão, para, logo em seguida, em 30 de abril, solicitar a repintura da obra. Em maio de 1992, a Prefeitura atendeu a essa solicitação, lavrando intimação aos responsáveis pela obra, com esse objetivo, dando início a um longo e desgastante embate administrativo, ao termo do qual a repintura foi dispensada e o “habite-se” pode ser concedido, em junho de 1992.

A polêmica do amarelo ganhou espaço na mídia impressa, dividindo a opinião pública. Na edição de 05 de abril de 1992, o jornal A Tribuna publicou percepções de populares entrevistados, que eram bastante distintas: alguns ressaltavam o aspecto da inovação e da alegria, enquanto outros criticavam a escolha, pelo choque que representava, em relação ao tradicional.



Figura 2 - Trecho da página A-5 do jornal A Tribuna, de Santos, edição de 05/04/1992.

No âmbito dos profissionais consultados, é interessante resgatar a colocação do arq. Roberto Machado de Almeida: “Em Santos [...] domina o cinza [...] resultante da mescla de cores pastéis que desmaiam entre as árvores, os postes, os painéis. [...] A cidade triste. Cinza. E quando alguém pinta um edifício, traduzindo na cor a sua vontade de por o novo na *urbi*, de colocar a sua satisfação de ver seu projeto enfim implantado, em criar uma arquitetura que marque, que não fique esquecida no tempo, é criticado [...]” (arq. Roberto Machado de Almeida, In A Tribuna, edição de 23 de maio de 1992, p. A-2).



Figura 3 - Foto da época. Fonte: Marcos Piffer

Essa postura é, em tese, coerente com o papel do arquiteto na sociedade, enquanto produtor de arte e expressão cultural. Conflitava, no entanto, com aquela dos modernistas primordiais que, de acordo com CHOAY (2006) “invocavam o direito dos artistas à criação. Eles desejam como seus predecessores, marcar o espaço urbano: não querem ser relegados para fora dos muros, ou condenados, nas cidades históricas, ao pastiche”. Nesse sentido, cabe lembrar que, no debate surgido na Europa, sobre a inserção de elementos novos em sítios históricos, no pós-II Guerra Mundial, arraigou-se e consolidou-se a ideia da prevalência da expressão arquitetônica contemporânea.

Entretanto, é possível que Choay se referisse mais à postura modernista de renegar o passado. Porém, no caso em análise, mesmo considerando toda a formação modernista de Marlio, que favorece esse tipo de entendimento, cabe destacar que não se tratava de demolir ou eliminar um patrimônio histórico, e sim de estabelecer um diálogo entre a arquitetura contemporânea e a do passado.

No mesmo texto do arq. Roberto Machado de Almeida sobre o edifício Nilo Branco, ele coloca que o projeto arquitetônico “[...] é criticado porque o amarelo prejudicaria a visão da Bolsa do Café. Ao contrário, aquele amarelo, por si, redescobriu a Bolsa para muitos santistas. Tornou-se um marco junto ao antigo. O par de edifícios valoriza mais aquele cruzamento da XV de Novembro com a Frei Gaspar, ponto tradicional de encontro dos comerciantes do café. [...] Porque criticar o amarelo, se amarelo também surge no conjunto do outeiro de Santa Catarina?”.

Além desse amarelo, a que se referia o arq. Roberto Machado - utilizado na restauração de edificação existente no referido outeiro, que passou a ser sede da Fundação Arquivo e Memória de Santos, em outra área do centro histórico da cidade - há também outros exemplos da utilização dessa cor, em contextos semelhantes, conforme mostrou pesquisa estratigráfica: na estação ferroviária do Valongo e, também ao lado da Bolsa do Café, nos históricos armazéns do porto, lindeiros à outra esquina. É importante salientar que os exemplos mencionados são protegidos pelos órgãos de defesa do patrimônio cultural.

Observe-se que, não era a implantação do edifício em questão na área de ambiência do bem protegido estava sendo questionada. A volumetria proposta para a edificação era perfeitamente admissível e, ao contrário de princípios modernistas, o autor do projeto optou por um volume que chega ao rés do chão, respeitando a linguagem eclética da região.

O uso de vidro, neste caso, não se torna inconveniente, pois foi utilizada uma grelha de concreto sobre os painéis vítreos. Com isso, os trechos onde a cortina se pronuncia servem como espelho para o Edifício da Bolsa, que, assim, passou a ser também vislumbrado a partir da Rua XV de Novembro, no sentido Outeiro – Valongo, o que não acontecia antes, aumentando a visibilidade e notoriedade do bem protegido, e assim valorizando-o.

O “problema”, então, estava na cor amarela que fora aplicada à exoestrutura de concreto que compõe a fachada do edifício, a qual funciona como “brise” para os painéis de vidro dispostos em sua retaguarda. Dessa forma, restringindo a análise ao uso da cor, cabe outra reflexão.

3. O USO DA COR COMO EXPRESSÃO ARTÍSTICA NA ARQUITETURA.

Pode-se considerar que, no Brasil, o final dos anos de 1980 refletia certa inflexão nos caminhos da arquitetura contemporânea, representada pela busca de quebra de paradigmas. Inflexão que várias vezes foi relacionada, até equivocadamente, com o que se convencionou chamar de “pós moderno” na arquitetura, ainda que alguns movimentos nesse sentido tenham contribuído para que esse quadro se consolidasse. É possível observar que a quebra de um desses paradigmas implicava busca da substituição da predominância do cinza do concreto, particularmente na arquitetura paulista dos anos de 1960 e 70.

AFLALO (2003) afirma que “[...] uma investigação superficial do *design* brasileiro sugere um generoso uso das cores, atributo que nossa percepção associa com a privilegiada localização entre trópicos e natureza exuberante. No entanto, estranhamente, [...] mesmo com a imensa paleta de cores oferecida em produtos de decoração de interiores, os campeões são os “quase brancos”, os “quase bege” e cinza. [...] Quando comparada à de outros países, nossa produção torna-se monocromática diante da riqueza sul-africana, australiana e até do Leste europeu. Herdamos uma cultura avessa ao uso extensivo das cores”.

Mesmo que essa característica do uso de cores e texturas tenha se intensificado nos anos de 1980, no Brasil, o que pode ser observado nos aspectos cromáticos da própria obra de Marlio Raposo Dantas, não era uma novidade absoluta, sendo que já havia sido motivo de polêmicas anteriores, com outros autores e obras, como no vermelho da estrutura do MASP, de Lina Bo Bardi, ou em diversas outras obras de autoria dessa mesma proeminente arquiteta.

Um caso emblemático, ocorrido na mesma época do edifício Nilo Branco, foi o edifício provisório da Prefeitura de Salvador, de autoria de João Filgueiras, o Lelé, construído em 1986, em frente ao Palácio Rio Branco. ANDRADE (2005) analisa essa obra e afirma que ela já nasceu polêmica, e que dentre os elementos que estabelecem contraste com o sítio histórico destacam-se: “A torre de circulação pintada de verde, [...] o imenso duto circular pintado de amarelo, sobre a cobertura, além das marcações horizontais vermelhas e azuis [que] introduzem no Centro Histórico uma paleta de cores vibrantes, estranha à arquitetura do sítio”. Na época, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN tolerou a obra, por seu caráter provisório e, com certeza, pela qualidade e história do autor do projeto.

No entanto, o Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra a Prefeitura, denunciando-a e acusando o IPHAN de omissão. O juiz deu ganho de causa ao MPF, intimando a Prefeitura de Salvador, em 2004, a remover o prédio. Contra essa decisão, inúmeros arquitetos se mobilizaram, para defender o projeto de Lelé.

Para o autor daquele projeto, da mesma forma que no caso do Nilo Branco, em Santos, a solução projetual do edifício provisório da Prefeitura respeitava a volumetria, estabelecia um diálogo e valorizava o bem protegido. “[...] Hoje acho que o prédio não tem nada de errado. E se chegar a uma conclusão que está completamente errado, prejudicando todo o Centro da Cidade aí tem que tirar. Mas essa não pode ser uma avaliação feita por um juiz. Ou você acha que agora é um juiz que avalia toda a questão de urbanismo?” (João Filgueiras Lima, em entrevista ao jornal A Tarde, edição de 16/4/2005, APUD HORSCHUTZ).

Segundo ANDRADE (2005), apesar de que “[...] no Brasil, ao contrário de países como Inglaterra, Áustria e França, não sejam correntes as intervenções de contraste absoluto, há casos isolados de novas arquiteturas em conjuntos ou edifícios tombados que atuam deliberadamente em oposição às preexistências no que se refere a gabarito, volumetria, cores, texturas e ritmos” e questiona “se não seria o contraste, a dissonância visual, também uma forma válida de diálogo entre a nova arquitetura e a preexistência edificada? Será lícito renegar, a priori, toda e qualquer intervenção de contraste com a arquitetura preexistente?”



Figura 4 - Contraste entre a fachada do edifício Nilo Branco e o edifício da Bolsa do Café. Fonte: Flávia Dantas

CONCLUSÃO

Repensar esses aspectos a partir da análise crítica mais aprofundada e desapassionada já é possível, em função do tempo decorrido desde que a preservação dos bens culturais passou a se disseminar. Essa análise é uma oportunidade para reorientar o processo de construção do conhecimento sobre o ato de projetar, no presente e para o futuro, tendo sempre em mente que: [...] é preciso se libertar das amarras não jogando fora o passado e a história da arquitetura. Libertar-se conjugando o passado como um tempo de verbo: o presente histórico. O passado visto como presente histórico é uma coisa viva [...]. Frente ao presente histórico, nossa tarefa é forjar um presente verdadeiro. (Lina Bo Bardi APUD ANDRADE JÚNIOR, 2005).

Nesse sentido, o edifício Nilo Branco e seu amarelo, ambos concebidos pelo arquiteto Marlio Raposo Dantas, são um novo exemplo dessa convivência viva e vibrante entre a história construída e a que se constrói, no presente, uma ressaltando e valorizando a outra. E nessa busca pela libertação das amarras, esse exemplo assume contornos ainda mais significantes e emblemáticos, ao observarmos que ali, a poucos metros de distância, está o cais santista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Todas as informações sobre a obra e o autor do projeto, objeto deste resumo, são baseadas em reportagens publicada na época pelo jornal A Tribuna e em entrevistas concedidas pelo autor do projeto aos autores do artigo entre janeiro de 2009 e maio de 2011.

AFLALO, Marcelo – “Identidade e Cultura em Design”. Revista PROJETO DESIGN, Edição 275, Janeiro 2003. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/artigos/marcelo-aflalo-identidade-e-04-02-2003.html> acesso em 29/05/2011

ANDRADE Júnior. Nivaldo Vieira. “Arquitetura Moderna e Preexistência Edificada: intervenções sobre o patrimônio arquitetônico de Salvador a partir dos anos 1950”. Comunicação apresentada no 6º Seminário DoCoMoMo. Niterói: UFF, 2005.

ANDRADE Júnior. Nivaldo Vieira. “Metamorfose Arquitetônica. Intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado”. Dissertação de Mestrado apresentada na UFBA. Salvador: UFBA, 2006.

CHOAY, Françoise. Alegoria do Patrimônio. São Paulo: UNESP, 2006.

HORSCHUTZ, Alessandra. “E se não tivéssemos o Palácio Thomé de Souza?”. Arquitextos, São Paulo, n. 070.06, Vitruvius, mar. 2006. Disponível In <http://70.32.107.157/revistas/read/arquitextos/06.070/372>

PAZ, Daniel J. Mellado. “Notas sobre a polêmica da Prefeitura de Salvador”. Minha Cidade, Salvador, n. 051.03, Vitruvius, out. 2004. Disponível In <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.051/1993> acesso em 29/05/2011